

★ continuação

mensalmente em parcelas correspondentes à energia comercializada com a concessionária, conforme o disposto no art. 3º da Resolução Normativa nº 146, de 14/02/2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado em Reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente. De acordo com o art. 16 da Lei nº 11.941/2009, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, que modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário Transitório (RTT); devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007. A Cia. optou pelo RTT, portanto, os valores registrados nesta conta "Doações e subvenções para investimento" não estão sujeitos à tributação.

15. Custos:	2013	2012
Geração: Custo de operação	(799)	(861)
Usinas - operações com energia elétrica	(104)	(374)
Depreciação e amortização	(3.318)	(3.323)
Transmissão: Depreciação e amortização	(10)	(7)
	4.231	(4.565)
16. Depreciação e amortização:	2013	2012
Amortização	(1.223)	(1.631)
Depreciação	(17)	(12)
	(1.240)	(1.643)
17. Despesas indedutíveis:	2013	2012
Brindes e doações	-	(150)
Provisão para contingência	(3.297)	(5.143)
Outras despesas indedutíveis	(2.266)	-
	(5.563)	(5.293)
A rubrica "Despesas com contingência" refere-se ao reconhecimento de ações cíveis com probabilidade de perda provável segundo julgamento dos assessores jurídicos da Cia.		
18. Resultado financeiro:	2013	2012
Receitas financeiras	160	128
Rendas	160	128
Despesas financeiras	(1.619)	(9.286)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.586)	(9.254)
Juros de mora	(32)	(30)
Outras despesas	(1)	(2)
	(1.459)	(9.158)
19. Provisão para IR e CS:	2013	2012
IR corrente e diferido	(269)	1.556
CS corrente e diferido	(105)	490
	(374)	2.046

A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela utilização de prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente e de despesas não dedutíveis para fins fiscais.

20. Instrumentos financeiros (CPC 14):

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	6.650	6.650
Clientes	1.281	1.281
Fornecedores	(776)	(776)
Empréstimos e financiamentos	(20.320)	(20.320)
	(13.165)	(13.165)

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar: Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

20.3. Financiamentos: O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado.

21. Seguros (não auditado): A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

22. Gestão de riscos: Os principais passivos financeiros da Cia. referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Cia. A Cia. possui contas a receber de cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Cia. está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Cia. ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referem-se às obrigações de

longo prazo da Cia. sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Cia. está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Cia. em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Cia. possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Cia. e o risco é minimizado na alocação de recursos com entidades de primeira linha e de grande porte.

Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Cia., do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Cia. encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Cia. acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

23. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos: A Cia. não opera com instrumentos derivativos.

b. Índice de cobertura do serviço da dívida junto ao BNDES:

	2013	2012
A- Geração de caixa da atividade	16.961	14.901
EBITDA	11.832	10.236
IRPJ	269	155
CSLL	105	64
Variação do capital de giro	4.755	4.446
B- Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	-
C- Serviço da dívida	5.837	6.288
Amortização de principal	4.251	4.232
Pagamento de juros	1.586	2.056
D- Índice de cobertura do serviço da dívida = A+B/C	2,91	2,37

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente

RG: 152.052 SSP/MT - CPF: 047.942.901-44

Fernando Antonio Bertin - Diretor Administrativo Financeiro

RG: 7.774.333 SSP/SP - CPF: 001.854.238-76

Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora

CRC 1MT0069790-0 "S" PA - CPF: 651.416.791-87

Aos Administradores e Acionistas da **Buriti Energia S.A.** Cuiabá - MT. Examinamos as demonstrações contábeis da **Buriti Energia S.A. ("Cia.")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Cia. realiza transações significativas com partes relacionadas. Entre as operações, há contratos cujo o pagamento das parcelas está condicionado à sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado até o prazo de quitação da dívida, nos impossibilitando de avaliar a correta segregação da dívida no passivo circulante e não circulante, apurar a sobra de caixa para pagamento das parcelas, mensurar a possível incidência dos juros e correções, determinados em condição suspensiva no contrato e demais reflexos. Dessa forma ficamos impedidos de concluir nossas análises sobre os possíveis

efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31/12/2013. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no § "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Buriti Energia S.A.** em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Sem alterar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, chamamos a atenção para os seguintes assuntos: Conforme Nota Explicativa nº 1, a Cia. possui processo em andamento no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, aberto sobre o número 22/2013/SEC2, estando em discussão o controle e a gestão da Cia. Não tendo conclusão até o encerramento destas demonstrações contábeis, não nos permitindo, identificar possíveis efeitos para a Cia. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Cia. comercializa a totalidade da energia produzida para as Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, que está em processo de recuperação judicial. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste decorrente de eventual inadimplência e/ou rescisão contratual. Campo Grande, 5/09/2014. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/O-1 -S - PA; **Alfredo Ferreira Marques Filho** - Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - PA; **José Martins Alves** - Contador CRC MS 9938/O - S - PA.

Protocolo 970053

